



A opção de conjugar num volume textos de Darwin e de Melville tem sido replicada ao longo dos anos e será justificável pela evidência do tema comum: as "encantadas" ilhas adjacentes ao Equador

manter o equilíbrio"; ou a elogiar a "bela sopa" que se obtém cozinhando exemplares juvenis. Mais raramente, uma anotação marginal como que nos prepara inconscientemente para a leitura de Melville - na ilha de Santiago, explorando o leito salino de uma cratera, Darwin conta: "Neste sítio retirado, os marinheiros de um barco de caçadores de focas há poucos anos assassinaram o seu capitão; vímos o seu crânio que jazia entre os arbustos."

Melville visitou as ilhas seis anos depois a bordo de um baleeiro, mas os dez *sketches* de *As Ilhas Encantadas* - primeiro publicados, sob pseudónimo, numa revista, em 1854, e dois anos depois coligidos, com *Bartleby*, Benito Cereno e outros, no volume *The Piazza Tales* - provêm mais da imaginação e da literatura do que da observação empírica; e são, neste díptico, como que o negativo simbólico da aurora genésica entrevista por Darwin, embora o inglês não figure explicitamente entre as "três testemunhas oculares dignas de menção" cooptadas por Melville relativamente às Galápagos. O portentoso autor de *Moby Dick*, raramente se tendo acomodado às redes formais de um género narrativo reconhecível e estável, faz do seu conjunto de esboços um arquipélago de textos congregados apenas pela referência a um mesmo cenário natural e pela submissão a uma comum densidade alegórica, que é acentuada pelos versos iniciais de cada um dos *sketches*, quase todos provenientes de *The Faerie Queene*, de Spenser, e que modulam previamente o nosso

horizonte interpretativo. Desde o início, a "mágica aridez" das ilhas, "sem fruto e sem nome", é subsumida a uma "maldição" particular e solitária: "Como cacos de ânforas sírias deixados a apodrecer ao sol, são rachadas por uma seca eterna sob um céu tórrido." Tudo é deserto, proscricção e logro, maldição original inscrita no próprio nome, nesse encantamento maligno reportado pelos antigos marinheiros espanhóis e traduzível na ilusória mobilidade das ilhas e no seu reverso complementar, aquelas súbitas calmarias que humilhavam os veleiros. Nestas ilhas "penitentes de burel e cinza" poderá alguém ser feliz? "Sim, isto é, basta encontrar a felicidade para se ser feliz", responde Melville, lembrando que "até a tartaruga, escura e melancólica de costas, possui um lado luminoso [...]. Aprecie-mos, pois, o seu lado claro, mantendo-o perpetuamente virado para nós se nos for possível". Basta virá-la e põ-la de pernas no ar. Se nos for possível.

Embora acessórios na bibliografia do autor, há nestes textos personagens e momentos do mais alto Melville. Assim acontece com o Rei dos Cães, no sétimo *sketch*, e com o eremita Oberlus, no nono: "Na verdade, a única superioridade de Oberlus sobre as tartarugas era o facto de ele possuir uma maior capacidade para a degradação e, ademais, uma espécie de propensão inteligente para ela"; mas, sobretudo, lemos isso na história pungente da viúva Chola (oitavo *sketch*) que, curiosidade exemplar, está na origem da

única e mítica longa-metragem do realizador franco-português Carlos Vilardebó, em 1965, que foi protagonizada por uma quase silenciosa Amália Rodrigues e que contou com a colaboração de José Cardoso Pires na (bastante livre) adaptação. E a dada altura já não sabemos se são as tartarugas que simbolizam a ilusória mobilidade e a aridez das ilhas ou se são estas que se constituem como espelho alegórico daquelas: "Aqueles que são perturbados por livros nada provam contra os factos. São os factos, e não os livros, que deviam ser proibidos".

História

O paraíso triste

O turismo no Estado Novo, num estudo que, apesar de algumas lacunas, constitui uma obra pioneira e de indiscutível mérito. **António Araújo**

A Bem da Nação. As representações turísticas no Estado Novo entre 1933 e 1940
Cândida Cadavez
Edições 70



Produto de uma dissertação de doutoramento apresentada e aprovada com nota máxima na Faculdade de Letras da

Universidade de Lisboa, *A Bem da Nação*, como refere o subtítulo, pretende analisar as representações turísticas no Estado Novo entre 1933 e 1940. A escolha deste arco temporal não oferece dúvidas nem suscita reservas, porquanto, como explica a autora, 1933 é, a vários títulos, um "ano fundacional" do novo regime, com a entrada em vigor da Constituição Política, a instituição da PVDE ou a criação do Secretariado de Propaganda Nacional; por sua vez, 1940, com as Comemorações do Duplo Centenário, afigura-se um remate adequado para concluir este estudo.

Ainda assim, e por razões não só compreensíveis como até louváveis, Maria Cândida Cadavez não se cinge nem se deixa aprisionar na periodização que elegeu. Pelo contrário, recua ou avança no tempo sempre que tal se justifica. Por exemplo, quando aborda o lugar que a Costa do Sol ocupou na projecção de um imaginário elitista e cosmopolita, a autora retrocede aos finais do século XIX e inícios do século XX, recordando que desde 1867 a rainha D. Amélia frequentava a zona do Estoril e que em 1870 o rei D. Luís fez da Cidadela de Cascais a sua residência oficial de Verão. E, num sentido inverso, avança para lá de 1940 ao tratar do legado de António Ferro e, em particular, da inauguração das primeiras Pousadas, ocorrida entre 1942 e 1948, para não falar do lançamento, em 1941, da marcante publicação *Panorama. Revista de Arte e Turismo*, com direcção literária de Carlos Queirós e direcção artística de Bernardo Marques (e não Bernardo Soares, como por lapso se diz na pág. 254).

Adoptando uma sistematização clara e facilmente apreensível, a obra encontra-se dividida em três partes, que a autora designa por "itinerários": após uma Introdução conceptual centrada nas narrativas das nações e das representações turísticas, a Parte I procede a uma incursão pelas "entrevistas" de António Ferro a Oliveira Salazar e pelos discursos e notas políticas deste último; a Parte II aborda a criação do Secretariado de Propaganda Nacional e descreve, acompanhando com minúcia a imprensa da época, o I Congresso da União Nacional (1934) e o I Congresso Nacional de Turismo (1936); finalmente, a Parte III tem dois capítulos, sendo o primeiro uma súpula das principais realizações e iniciativas do Estado Novo no domínio do turismo e da promoção da cultura popular (v.g., as Marchas Populares, a alegria no trabalho e a FNAT, a abertura das Casas de Portugal no estrangeiro, a promoção da Costa do Sol, o concurso da

Aldeia Mais Portuguesa de Portugal) e correspondendo o segundo capítulo, no essencial, a uma digressão pela figura de António Ferro e pela sua "política do espírito".

Sendo, como se disse, o resultado de uma investigação académica, este livro acusa, por vezes excessivamente, as marcas desse código genético. A escrita, de rara precisão e apuro formal, é entrecortada por constantes remissões bibliográficas, o que teria justificado um trabalho editorial que assegurasse uma leitura mais fluida e atraente para o público não especializado. O ponto mais crítico situa-se, porém, no facto de Cândida Cadavez ter optado por um método positivo que, em muitos momentos, se limita a remeter para as fontes usadas e, em particular, para as opiniões e teses de diversos autores, cada qual apresentado num ou mais parágrafos, daqui resultando, no final, um aglomerado de referências alheias em que, por vezes, é difícil discernir qual a opinião desta investigadora e aferir a sua originalidade. Isto é visível sobretudo na parte mais exigente, a de enquadramento e densificação de conceitos como nação, nacionalismo, memória ou património. Escolhendo as grandes referências na matéria (Maurice Halbwachs, Eric Hobsbawm, Benedict Anderson, Ernest Gellner, Pierre Nora, Marc Augé), praticamente sem omissões ou lacunas de relevo (as mais notórias serão os clássicos *Como as Sociedades Recordam*, de Paul Connerton, *Alegria do Património*, de Françoise Chouay, e *The Past is a Foreign Country*, de David Lowenthal), as conclusões a que Cândida Cadavez chega neste capítulo são algo decepcionantes. Num território melindroso e polémico como é o da definição da natureza do salazarismo, a autora diz não ser sua intenção entrar nesse debate, acabando todavia por afirmar que o regime do Estado não era "nacionalista" mas tão-só "nacionalizante", uma vez que "se advogava mais a diferença da Nação, e não tanto a superioridade da mesma" (p. 77). Para o efeito, cita em seu abono a biografia de Salazar da autoria de Filipe Ribeiro de Menezes; simplesmente, Ribeiro de Menezes considera que o nacionalismo foi um dos fundamentos ideológicos do Estado Novo, não parecendo acolher a distinção entre regime "nacionalista" e regime "nacionalizante" que é sustentada por Cândida Cadavez (cf. Filipe Ribeiro de Menezes, *Salazar. Uma biografia política*, 2009, pp. 107ss). Aliás, se caracterizássemos o salazarismo como (meramente) "nacionalizante", de que forma deveríamos classificar

Estação Meteorológica António Guerreiro O turismo total



Uma nova utopia chamada turismo atravessa o país de norte e sul e realiza, no plano da política cultural, uma sutura imperativa: turismo & cultura. Ainda na semana passada, numa conferência internacional em Évora, ouvi a entidade regional do turismo do Alentejo falar da cultura com um fervor instrumental que conhecemos dos tempos sinistros em que eram os ministérios ditos da propaganda a ocupar-se dela e a reclamá-la com legítima – ou, pelo menos, legítimada – autoridade. A lei da reversibilidade funciona aqui sem falhas: numa época em que a cultura se tornou uma noção expansiva e até obesa (funcionando muitas vezes no lugar da política), todo o turismo é cultural e toda a cultura serve a estratégia turística. O turismo parodia hoje as ideologias da mobilização total. Peter Sloterdijk formulou esta ideia, dizendo que até o extremismo releva hoje do turismo. No contexto do turismo total – essa nova utopia –, o conceito de “espaços turistificados”, usado pelos geógrafos, alargou-se e quase não conhece fronteiras. É tanto a cidade histórica e monumental como o mundo rural, para onde se viaja em busca do país dos arquétipos. Trata-se de uma ilusão, pois até os “arquétipos” do mundo rural e local se disseminaram e se reproduziram na cidade universal. Um exemplo: o dia da espiga, uma celebração pagã que ocorre na Quinta-feira de Ascensão (consiste em colher espigas de vários cereais, flores campestres e um ramo de oliveira, formando um ramo), é um ritual que quase desapareceu dos seus lugares próprios e foi transferido para a cidade, onde aparecem nesse dia, à venda, os ditos ramos. Este exemplo é um modelo abreviado de uma exportação promovida pelo turismo: as diferenças e os produtos locais que dantes eram a marca de distâncias e distinções exóticas tornaram-se exportáveis e transmissíveis. É por isso muito plausível que possamos saborear em Hamburgo o melhor pastel de nata de sempre, e comamos a melhor pizza italiana em Berlim, num restaurante turco. Para partir, já não precisamos de sair: esta é uma conclusão a que temos de chegar, sobretudo quando vivemos numa cidade com grande densidade de turismo. No contexto do turismo total, a utopia já não é um lugar estático e imóvel: é a cidade universal, onde se realizou a coincidência entre viver e viajar e onde não existe diferença perceptível entre os residentes da cidade e os seus visitantes. Há um processo de monumentalização levado a cabo pelo turismo e acabamos por olhar a nossa própria cidade com os olhos do turista que a monumentaliza, tal como o alentejano que voltava as costas ao mar e à paisagem que era para ele completamente hostil fala hoje encantado, usando uma designação inventada há algumas décadas pelo turismo, do seu “litoral alentejano”. A crítica do turismo baseada nos direitos dos autóctones vai perder em breve o seu fundamento. A razão do autócotone vai dissolver-se no turismo total. O lugar crítico da mobilização total, o que há hoje de mais parecido a um posto militar em desordem são os aeroportos. Uma personagem trágica do “alegre apocalipse” vienense, Otto Weininger, escreveu num aforismo que de uma estação de comboio não se pode partir para a liberdade. Só um pessimismo radical ou a visão dos comboios cheios de gente “como piolhos” que chegavam a Auschwitz (mas Weininger, conhecido, aliás, por ter elaborado, num livro intitulado *Sexo e Carácter*, uma exaltada teoria anti-semita e misógina, suicidou-se em 1903, com 23 anos, na casa onde também tinha morrido Beethoven) pode dizer tal coisa de uma estação de comboio. Talvez a sentença se tenha tornado verdadeira para designar os aeroportos na época do turismo total.

diversas acções da Primeira República – e até da Monarquia –, em múltiplos domínios, incluindo o cultural, patrimonial ou turístico? Inclusivamente, parece emergir uma certa contradição na narrativa de Cândida Cadavez: por um lado, afirma que o regime não era “nacionalista” mas apenas “nacionalizante”, porque “advogava mais a diferença da ‘Nação’, e não tanto uma eventual superioridade da mesma” (p. 77); mas, por outro lado, ao analisar a retórica de Salazar, diz que “nela se vislumbra a evocação de uma determinada superioridade cultural claramente assumida e elogiada” (p. 87).

Quanto aos restantes capítulos, há opções que não se compreendem, mesmo no que se refere às fontes utilizadas. Não se percebe, por exemplo, que a autora, numa citação-chave que é inclusivamente retomada na badana do livro, transcreva uma suposta afirmação de Salazar a propósito de Fátima, da mais duvidosa fidedignidade (“Deus sabe da necessidade que temos de desenvolver o nosso incipiente turismo”), constante da obra ficcionada *O Diário de Salazar*, de António Trábulo, mas, do mesmo passo, omita trabalhos como *O Baile do Turismo, Turismo e Propaganda no Estado Novo* (2003), de Ema Cláudia Pires, o qual, ainda que com pretensões mais modestas e circunscritas, aborda precisamente o mesmíssimo tema que Cândida Cadavez erigiu em objecto de estudo. De igual modo, ao conceder, porventura excessivamente, um papel nuclear a António Ferro na concepção do “programa turístico” do Estado Novo, não se entende que seja assinalada *en passant* a marcante viagem aos Estados Unidos do autor de *Homens e Multidões* mas que não se escrute – nem sequer se cite – o seu livro *Novo Mundo, Mundo Novo*, de 1930, o qual, para mais, tem diversas passagens sobre o turismo na América e os hotéis de Nova Iorque, que Ferro apelidou de “grandes armazéns de hóspedes”. Teria sido interessante indagar, por exemplo, se muito do que António Ferro projectaria depois para os nossos estabelecimentos turísticos (v.g., as Pousadas) não se situava precisamente nos antipodas daqueles “grandes armazéns de hóspedes” com que se deparara em Manhattan. Poderá dizer-se, é certo, que a autora não pretendeu elaborar uma biografia de António Joaquim Tavares Ferro. No entanto, tal intenção transparece neste livro, nomeadamente a páginas 248 e seguintes, pelo que não se compreende que Cândida Cadavez tenha perscrutado – e bem – o espólio de Ferro depositado na Fundação António



Salazar instituiu padrão de “turismo médio”, o Estoril foi “excepção”, encenada “para inglês ver”

Quadros, mas não se detenha, por exemplo, no relato memorialístico da sua mulher, Fernanda de Castro, publicado em 1986.

De igual modo, ao discorrer sobre o Estoril como instância de férias ou morada de hóspedes ilustres, cujos nomes a autora se limita a enunciar num parágrafo (p. 242), dever-se-ia ter consultado, pelo seu manifesto interesse testemunhal, a obra *Exilados Regios no Estoril* (1955), de Julien Sauerwein. Isto sem falar, obviamente, de livros importantes sobre a história do Estoril, tais como, entre outros, *De Cae Água a São Pedro do Estoril* (2005), de Ana Cristina Antunes, Carlos Miguel Pereira e Francisco Pereira; *De Lisboa a Cascais. Rostos, liberdade e medicina* (2002), de Luísa Vilarinho; *O Plano de Urbanização da Costa do Sol* (2009), de Margarida Pereira e outros; *Da Riviera Portuguesa à Costa do Sol (Cascais, 1850-1930)*, de João Miguel Henriques (2011). Do mesmo modo, a recensão das opiniões de estrangeiros sobre Portugal – um ponto fundamental numa obra sobre esta temática – é limitada ao que disseram sobre o Estoril e Cascais os nomes que há muito conhecemos (Ralph Fox, Mircea Eliade, Saint-Exupéry, Ann Bridge e Susan Lowndes e Christine Garnier). Neste particular, o livro fica aquém, inclusive, de obras de menor densidade, como as de Neill

Lochery ou de Ronald Weber. Não se abordam, o que teria sido importante, as apreciações feitas por repórteres ou outras personalidades estrangeiras que passaram por Portugal, como, por exemplo, aquilo que, nas suas memórias, nos conta Nubar Gulbenkian sobre a hotelaria no Buçaco, os ex-monarcas e aristocratas exilados no Estoril ou o quotidiano no Hotel Aviz (cf. *Nubar Gulbenkian, Pantaraxia. Autobiografia*, trad. portuguesa, 2015).

Não se julgue que esta enumeração de falhas bibliográficas tem a pretensão de constituir-se em arguição académica ou exercício de erudição livresca. É que, a par ou em consequência de tais lacunas, o produto final acaba por se ressentir quanto a algumas das conclusões que a autora alcança, por vezes pouco esclarecedoras. Por outro lado, e apesar de uma fugaz menção ao Patronato Nacional de Turismo Español e ao Ente Nazionale Italiano per il Turismo, a ausência de uma perspectiva comparativa não nos permite descortinar o que de específico – ou de especificamente “nacionalizante” – houve no “turismo salazarista” em confronto com regimes coetâneos. De igual modo, fica por determinar, no cotejo com a aproximação ao turismo feita pela Primeira República (objecto do excelente *Viajar. Visitantes e Turistas à Descoberta de Portugal*

no *Tempo da I República*, catálogo coordenado em 2010 por Maria Alexandre Lousada e Ana Paula Pires), em que residiu a especificidade do Estado Novo em muitas das suas realizações, práticas discursivas e representações simbólicas. Mesmo antes da República, não eram "nacionalizantes" o propósito e a retórica da Sociedade de Propaganda de Portugal, instituída em 1906?

O livro defende que foi o Estado Novo a instituir um padrão de "turismo médio", sendo o Estoril uma "excepção", encenada "para inglês ver". Se é incontestável a instauração, pelo Estado Novo, de um padrão de "turismo médio", num programa em que a FNAT teve papel essencial (o que justificaria ter atentado na mais recente obra de José Carlos Valente, *Para a História dos Tempos Livres em Portugal - Da FNAT ao INATEL*, 2010), a projecção da "Riviera portuguesa" como um local de veraneio e estância de lazer das elites é muito anterior e remonta a finais da Monarquia, tendo-se prolongado nas primeiras décadas do século XX. Já em 1919, por exemplo, Fernando Pessoa redigira o texto *Notas para uma Campanha de Propaganda da Costa do Sol* e, antes disso, fora aprovada em 1911 e nos anos vindouros

legislação sobre o turismo, para não referir que desde 1835 existia uma Planta de Banhos do Estoril e que a "descoberta" deste último, designadamente por Fausto de Figueiredo, é muito anterior ao Estado Novo, como anteriores são as primeiras obras que garantiram uma melhor acessibilidade à Linha: um diploma de 1914 declarara a importância de dotar a linha férrea de Cascais de tracção eléctrica; em 1923, a exploração dessa linha era feita pela Sociedade Estoril e a sua electrificação foi inaugurada em 1926. Do ponto de vista rodoviário, as primeiras referências a uma eventual construção de uma estrada marginal entre Algés e Caxias datam de 1918, e esse projecto seria defendido veementemente pela Junta Autónoma das Estradas logo que foi criada, em 1927. Assim sendo - e além de uma natural diferença de escala e de número de iniciativas -, o que, na essência, trouxe o salazarismo de verdadeiramente novo ou original neste campo?

Por outro lado, se o Estoril durante o salazarismo serviu de palco privilegiado para a disseminação da ideia de que a prática desportiva era um meio essencial para se atingir o "Homem Novo", o facto é que, como a autora refere logo de seguida, o culto do bem-estar

físico e a sua associação aos Estoris fora feito já em 1907, no 15º Congresso Internacional de Higiene, e reiterado em 1910 pelo médico Daniel Dalgado e por Raúl Proença em 1924, no Guia de Portugal. Em face disso, seria fundamental, por um lado, determinar o que se entende por "Homem Novo" e, por outro lado, encontrar e apresentar elementos que comprovassem a tese, plausível em abstracto, do recurso à Costa do Sol como espaço emblemático de exposição do citado "Homem Novo" salazarista. Na capa do livro, uma expressiva fotografia de jovens com a farda da Mocidade a marchar numa praia da Linha. Era exactamente o levantamento deste tipo de actividades que poderiam alicerçar a tese de Cândida Cadavez e que, como tal, deveriam ter sido estudadas de uma forma mais sistemática e aprofundada. Desde logo, teria sido interessante atentar no discurso "Educação Física e Desportos", proferido por Salazar aos clubes desportivos de Lisboa, em Dezembro de 1933, em que o Presidente do Conselho lamenta saber que aos domingos os cafés da capital se enchiam de "jovens, discutindo os mistérios e problemas de baixa política, e ao mesmo tempo ver deserto esse Tejo maravilhoso, sem que nele

remem ou velem, sob o céu incomparável, aos milhares, os filhos deste País de marinheiros!". Na ausência de uma concretização, apoiada em tópicos como este, do que seja o "Homem Novo", fica por esclarecer por que motivo os Estoris seriam o seu espaço ideal de afirmação, ao mesmo tempo que serviam de lugar de recreio e lazer das elites; acaso se circunscreveria o "Homem Novo" às classes altas ou a Costa do Sol serviu um duplo propósito, envolvendo elites e cidadãos comuns, algo que a autora não assinala devidamente?

Importa, no entanto, deixar muito claro que o apontamento destas questões pretende tão-só contribuir para o diálogo crítico em torno de uma obra que inquestionavelmente o merece, dado o seu indiscutível interesse e, num juízo global, a sua significativa qualidade. Sem apresentar erros do ponto de vista factual (há apenas pequenos lapsos, como afirmar na pág. 221 que Fausto de Figueiredo apresentou em 1914 uma brochura sobre o Estoril à Assembleia Nacional, órgão que não existia na altura), trata-se, ao que sabemos, do primeiro grande trabalho sobre o turismo no Estado Novo - ou, melhor dizendo, desde os alvares do regime, em 1933, às

comemorações de 1940 -, que descreve de um modo informado e com base num escrupuloso esforço de investigação e pesquisa, diversos pontos de grande relevância, desde a visão pessoal de Oliveira Salazar, plasmada nas entrevistas a António Ferro e nos seus discursos, até aos primeiros congressos que se debruçaram sobre a actividade turística, passando pela acção do Secretariado de Propaganda Nacional e as suas inúmeras realizações, as quais foram estudadas, numa perspectiva diversa, por Daniel Melo ou Vera Marques Alves.

Em síntese, *A Bem da Nação* confirma o domínio desta temática por parte de Cândida Cadavez, patente na sua extensa lista de publicações nacionais e internacionais sobre a matéria, inclusive em obras prestigiadas como *The Routledge Handbook of Cultural Tourism*. Recomenda-se a leitura deste livro, bem informado e muito informativo, aos interessados na história do Estado Novo e também aos responsáveis e profissionais do sector do turismo. Não para tirar lições para os nossos dias, mas para conhecer um passado ainda presente, e aqui desvendado de uma forma séria e rigorosa, através de uma escrita que, repete-se, prima pela sua qualidade formal.



A melhor música clássica merece a sala perfeita

4º FESTIVAL INTERNACIONAL MÚSICA DE MARVÃO

FIMM

Música clássica num cenário de sonho
Director artístico Christoph Poppen

21-30. JUL 2017

MARVAOMUSIC.COM

M/12 - BILHETES À VENDA EM TICKETLINE.PT

COM O ALTO PATROCÍNIO

MECENAS

PROMOTORES

Portugal
Sotheby's INTERNATIONAL REALTY

ALentejo
alentejo

ALentejo
ALentejo

OPERAÇÃO DE CÁCERES

O Presidente da República

Anja Fichte Stiftung